

Prémio Cidadão Europeu 2015

Por proposta de Carlos Coelho, o Parlamento Europeu atribuiu o galardão de Prémio do Cidadão Europeu ao Instituto Marquês de Valle Flôr pelo mérito do seu trabalho. Foram igualmente distinguidos a Dra. Manuela Eanes e o Prof. Mário Ruivo.



Pg. 09

EDITORIAL CARLOS COELHO

PLANO JUNCKER

Uma vez mais, foi um português que teve a palavra decisiva para conseguir um Acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho. **Foi com o empenho do Deputado José Manuel Fernandes que se aprovou o Plano Juncker.**

Espera-se que este Plano possa potenciar o investimento de, pelo menos, **315 mil milhões de euros**, para além dos Fundos Comunitários já aprovados para 2014-2020.

E **por proposta do social-democrata português** foram reforçados os mecanismos de **transparência** e de **ajuda aos investidores** (com aconselhamento e simplificação). E, sobretudo, com relevância para Portugal, ficou assegurado que:

- o contributo para a **Coesão Económica e Social é um critério de selecção;**

- o **mérito dos projectos** candidatos **não pode ser prejudicado** pela eventual situação económica difícil do Estado-Membro envolvido.

Parabéns, José Manuel Fernandes!

Agenda para a Migração

Carlos Coelho aplaude mas aponta insuficiências

Pg. 07



Leite e fruta nas escolas

Sofia Ribeiro vê propostas aprovadas

Pg. 11

Economia Partilhada

Claúdia Monteiro de Aguiar reúne Uber, Airbnb, Bla Bla Car e Trip4real

Pg. 06

30 anos da adesão de Portugal

Há 30 anos - 12 de Junho de 1985 - no Mosteiro dos Jerónimos, assinava-se o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Portugal via-se abrir novos caminhos, beneficiar de novos instrumentos, e consolidar a sua Democracia.


Hoje, Portugal está incomparavelmente melhor. Não o reconhecer é um exercício de demagogia. Um português que nasça hoje nasce num país com mais esperança de vida, com mais educação, com mais oportunidades, num espaço sem fronteiras e com uma moeda respeitada em todo o Mundo.

Mas celebramos também o papel de Portugal na construção desta União. Virámos a Europa para o mar, lançámos a revisão da Política Agrícola Comum, expandimos Schengen, fizemos as negociações do Tratado de Maastricht, temos o Tratado de Lisboa, entre muitos outros exemplos.

A União Europeia não foi, nem é, a fonte dos nossos problemas, ou a panaceia para todos os nossos males. Ao fim de 30 anos, faz parte, isso sim, da nossa identidade, da nossa democracia e do nosso futuro.

Espera-se se de todos nós que tenhamos a determinação para continuar a defender os



nossos interesses e para continuar a ser uma voz activa neste projecto em permanente construção. 

Casamentos Forçados: É preciso agir em defesa das crianças!


O Parlamento Europeu debateu uma pergunta oral sobre **casamentos forçados** de raparigas, a colocar à Comissão Europeia.

Carlos Coelho começou por lembrar os dramáticos números desta realidade: *“nos países em desenvolvimento, uma em cada três raparigas casam antes dos dezoito anos e uma em cada nove casam antes dos quinze anos. Estima-se que entre 2004 e 2014 cem*

milhões de raparigas foram obrigadas a casar antes dos dezoito anos. O mundo, e a União Europeia em particular, não pode ficar indiferente a que estas crianças percam a sua infância precocemente e contra sua vontade”.

O social-democrata reiterou ainda que **“os Direitos das crianças, consagrados na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia, têm de ser uma prioridade. Assim, é dever da União estimular**

os Estados-Membros na participação dos diversos instrumentos internacionais, como a Convenção de Istambul. Mas é também dever da União reflectir na sua acção externa a defesa destas crianças e dos seus direitos”.

Carlos Coelho concluiu manifestando o seu apoio à iniciativa e urgindo **“a Comissão Europeia a responder rapidamente. Temos de agir. Se não o estamos a fazer, então não há tempo a perder”.** 

Carlos Coelho apoia investigações à FIFA

A integridade das organizações desportivas é essencial, uma vez que tanto o desporto profissional como o desporto amador desempenham um papel fundamental na promoção da paz, no respeito dos Direitos Humanos e da solidariedade a nível mundial, trazem à sociedade benefícios para a saúde e para a economia e são essenciais na chamada de atenção para os valores culturais e educativos fundamentais, bem como na promoção da inclusão social.


Infelizmente, durante vários anos a FIFA fun-

cionou como uma organização inimputável, opaca e manifestamente corrupta e as recentes detenções confirmam que a fraude e a corrupção na FIFA são sistemáticas.

Carlos Coelho “considera necessário que a Comissão e os Estados-Membros tomem medidas para combater todo e qualquer indício de actos de corrupção cometidos por funcionários da FIFA ou das Federações nacionais de futebol no território da UE”.

Por outro lado, o Deputado **“defende que**

a cooperação policial na Europa deve ser reforçada através da constituição de equipas de investigação conjuntas e de uma maior cooperação entre autoridades judiciais”.

O social-democrata lembrou ainda que **“é igualmente fundamental que todos os países candidatos a acolher grandes eventos desportivos respeitem, em todas as actividades relacionadas com a organização e a realização do evento, as normas internacionais em matéria de Direitos fundamentais”.** 

Parlamento Europeu aprovou Plano Juncker

“É o momento certo para investir na Europa” - José Manuel Fernandes no debate que antecedeu a votação.

O desafio foi lançado pelo Eurodeputado José Manuel Fernandes, co-relator do Parlamento Europeu para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido por **‘Plano Juncker’**, que foi aprovado em plenário do PE com 464 votos a favor, 131 votos contra e 19 abstenções.

Para José Manuel Fernandes, principal negociador da Comissão dos Orçamentos para o FEIE, este plano *“atrai investimentos para financiar projectos que de outra forma não seriam mobilizados”*. Por isso, não tem dúvidas de que este *“é o momento certo para investir na Europa”*. Num desafio lançado aos empresários, empreendedores e investidores, sublinhou que **“é tempo agora de apresentar projetos e começar a usar este fundo”**, mostrando-se confiante no impacto determinante do ‘Plano Juncker’ para fortalecer a competitividade das empresas europeias, de forma especial as PME, o crescimento económico e a criação de emprego.

Na defesa do documento, o Eurodeputado do PSD destacou a capacidade do Parlamento Europeu ter conseguido, nas negociações com o Conselho e a Comissão Europeia e, após mais de 200 horas de reuniões, vingar argumentos muito importantes para *“reforçar a credibilidade, a garantia e a confiança do Plano Juncker”*.

Ao longo dos próximos três anos, o FEIE prevê mobilizar, pelo menos, **315 mil milhões de euros**, permitindo à Europa crescer sem criar nova dívida. O objectivo é mobilizar 240 milhões de euros para investimentos e 75 mil milhões na espinha dorsal da economia, **com particular incidência nas PME**, que representam dois terços dos postos de trabalho no setor privado e 99% das empresas na Europa.

Explicando o futuro funcionamento do FEIE, que classificou como *“desafiador e estimulante”*, José Manuel Fernandes frisou a complementaridade de *“um fundo inovador”* que, *“sem restrições de alocação por regiões ou temas”*, salvaguarda



“uma atenção especial à coesão territorial como critério de elegibilidade”.


José Manuel Fernandes destacou ainda que o FEIE fica aberto a *“apoiar projetos viáveis que não encontrem suporte nos fundos e programas atuais ou nos mercados financeiros”*. Além disso, cobre as mais diversas áreas, *“desde a investigação, a banda larga e a eficiência energética, à educação, à saúde, ao turismo e às infraestruturas”*.

O coordenador do PPE na comissão dos orçamentos enalteceu ainda o facto de, na captação de verbas de outros programas para financiar o novo Plano, se ter conseguido diminuir em mil milhões de euros o impacto dos cortes no Horizonte 2020 e no Mecanismo Interligar a Europa. Nesse âmbito, ficou o compromisso de prosseguir o trabalho para, *“em cada procedimento orçamental”, procurar “reduzir ao máximo” a captação de verbas àqueles programas.*

“Este fundo prova que os políticos não devem

ser os agentes de criação de emprego, mas tudo devem fazer para propiciar condições à criação de emprego”, assumiu José Manuel Fernandes, destacando ainda a demonstração da importância da partilha, através de um fundo que se alicerça sobre garantias da União Europeia, dos Estados-Membros e do BEI.

Com base em propostas de José Manuel Fernandes, o Regulamento prevê:

- **O reforço do investimento nos países que mais precisam:** o contributo para a Coesão económica, social e territorial é um critério de selecção;
- **A valorização do mérito dos projectos:** que não poderá ser prejudicado pela situação económica difícil do seu Estado-Membro;
- **O apoio aos investidores:** criando uma Plataforma de Aconselhamento ao Investimento;
- **O assegurar de um processo transparente:** as aprovações serão públicas e as reprovações comunicadas ao Parlamento europeu. 

Fernando Ruas e Miguel Poiares Maduro debateram o futuro da Política de Coesão e a revisão da Estratégia Europa 2020 em Bruxelas



Fernando Ruas sublinhou *“o papel central da Política de Coesão enquanto principal instrumento da política de investimento da União Europeia e a sua relação com a implementação dos objectivos da Estratégia Europa 2020”*.

O Eurodeputado **Fernando Ruas** promoveu, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma Audição Pública no âmbito do seu trabalho no Grupo Parlamentar do PPE sobre *“A Política de Coesão e a Revisão da Estratégia Europa 2020”*.

Fernando Ruas, relator da Comissão de Desenvolvimento Regional no Parlamento Europeu para esta matéria, sublinhou *“o papel central da Política de Coesão enquanto principal instrumento da política de investimento da União Europeia e a sua relação com a implementação dos objectivos da Estratégia Europa 2020”*.

Referiu ainda que com a revisão intercalar desta estratégia, o que se pretende é que a mesma possa adoptar, nas palavras do Deputado,

“uma abordagem territorial, com a previsão de metas diferenciadas para cada uma das regiões” e possa igualmente caminhar “no sentido de uma maior simplificação administrativa, evitando sobrecustos e novos encargos”.

Finalmente, manifestou o desejo *“que nesta revisão se tenha uma preocupação para lá do curto prazo, isto é, que se tenha em conta o que sucederá para lá de 2020”,* lembrando que *“há muitas coisas a acontecer junto ao termo do período da presente revisão - uma nova Comissão e, naturalmente, um novo Parlamento, mas também um novo Quadro Financeiro Plurianual e uma nova estratégia de longo prazo”*.

A iniciativa contou com a presença de diversas personalidades do mundo académico e científi-

co e teve como oradores, entre outros, **Miguel Poiares Maduro**, Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, **Luís Leite Ramos**, Deputado à Assembleia da República, **Jan Olbrycht** e **Lambert Van Nistelrooij**, Membros do Parlamento Europeu, representantes da Comissão Europeia, do Comité das Regiões e do Conselho da União Europeia.

Nas palavras do Deputado Europeu, esta iniciativa, que reuniu oradores *“vindos de oito Estados-Membros”* serviu para debater, de forma o mais abrangente possível e extremamente participada, a importância da política de coesão – e da sua relação com a revisão intercalar da estratégia de longo prazo da união – a estratégia Europa 2020, a qual será lançada no final deste ano, por parte da Comissão Europeia.

Paulo Rangel:

“Jesus e a política – reflexões de um mau samaritano”



O ensaio de **Paulo Rangel** intitulado “**Jesus e a política – reflexões de um mau samaritano**” foi apresentado por Jaime Gama (esquerda moderada, agnóstico) e por João Taborda da Gama, seu filho, (mais centro-direita e assumidamente religioso).

A moderação esteve a cargo do padre Anselmo Borges, por o texto resultar de uma conferência proferida num colóquio por ele organizado.

Tratou-se não de um acto político-partidário, mas de um momento de cultura, trazendo a questão religiosa para o debate público.

Assistiram à apresentação mais de 500 pessoas entre as quais o Primeiro-Ministro, **Pedro Passos Coelho**, o Bispo do Porto, D. António dos Santos, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, o antigo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, entre outros.


Quatro questões principais presentes no ensaio:

1. A separação entre religião e política é um legado directo da mensagem de Jesus.



2. Jesus apesar de ser um líder carismático, não tem um projecto político pessoal, não tem ambição política.
3. Jesus não tem um projecto político programático: não há uma ideologia, nem uma doutrina política.
4. Se Jesus não tem nem um projecto polí-

tico, nem um programa político próprio, como se explica que tenha sido perseguido, julgado, condenado e executado pelo poder político e religioso do seu tempo.

O ensaio está em versão trilingue: português, francês e inglês. 



Cláudia Monteiro de Aguiar sentou à mesa pioneiros da economia partilhada

Debate no Parlamento Europeu com a Uber, Airbnb, Bla Bla Car e Trip4real

Cláudia Monteiro de Aguiar juntou, no Parlamento Europeu pioneiros da denominada *Sharing-Economy* para debater, em mesa redonda, os *Desafios e as Oportunidades para o Sector do Turismo*.


Além dos representantes da Uber, Airbnb, Bla Bla Car e Trip4real, estiveram também presentes membros da Comissão Europeia, responsáveis pela Direcção-Geral dos Transportes e do Turismo e do Crescimento. A plateia composta por mais de 50 participantes, contou ainda com a presença da associação europeia dos hotéis, dos guias turísticos, dos taxistas, e das agências de viagens, e representantes de distintas regiões Europeias, como França, Itália e Espanha. Numa altura em que vários dos serviços prestados por estas *start-ups* da Economia Partilhada são postos em causa, a Deputada do PSD sublinha que *"este é o momento oportuno para discutirmos entre instituições europeias, o conceito e o modelo empresarial suportado pela economia-partilhada. Não podemos banir simplesmente este tipo de empreendedorismo, estes novos modelos de negócio sobretudo numa Europa que se pretende que seja uma verdadeira startup nation"*. Cláudia Monteiro de Aguiar destacou ainda que *"a revolução digital que hoje vivemos veio potenciar o desenvolvimento destas start-ups, consideradas disruptivas. O que é urgente, e é para isso que temos de trabalhar todos em conjunto, é que se encontre um enquadramento jurídico e legal que permita a coexistência das empresas tradicionais com estas novas plataformas e mo-*



delos de negócio. "No decorrer do debate, Portugal surgiu como um exemplo de vanguarda no caso da *"liberalização do arrendamento de casa de particulares"* mas há ainda outras questões que devem ser asseguradas nos diversos Estados-Membros. Cláudia Monteiro de Aguiar afirma *"que é necessário criar regulamentação proporcional que acomode estes serviços, tendo em conta as regras da concorrência, porque só assim podemos estimular a inovação, proteger os consumidores e o tecido empresarial"*.

Numa altura em que a Comissão Europeia apresenta uma Estratégia para o Mercado Digital este é o primeiro debate realizado no Parlamento Europeu que pretende influenciar e apresentar medidas concretas a serem utilizadas pela *Task Force* da Economia Partilhada, criada no seio da

Comissão Europeia. Neste âmbito e segundo Cláudia Monteiro de Aguiar *"os contributos deste debate são uma mais-valia e serão enviados à Comissão Europeia, por escrito, num documento de iniciativa que force a aplicabilidade e as melhores práticas em cada Estado Membro"*.

No final a Deputada Monteiro de Aguiar afirmou *"que este debate serve para olharmos a Economia Partilhada nos diversos sectores, desde mobilidade e transportes passando pelo turismo. Precisamos fazer a análise das oportunidades, que permite, o consumo mais sustentável, como também os benefícios reais que estes modelos disruptivos trazem às economias locais e aos cidadãos. É preciso debater e aprofundar esta temática da economia partilhada que é já um sector turístico que ronda os 40.000 ME"* 

Agenda para a Migração: “Estados Membros têm de estar à altura dos Desafios”

A Comissão Europeia aprovou a “**Agenda para a Migração**”, com um conjunto de propostas que carecem de aprovação do Conselho e do Parlamento Europeu e de acções a levar a cabo pela própria Comissão. A Comunicação está organizada em secções, a primeira das quais sobre a resposta imediata à tragédia humanitária e pressão migratória no Mediterrâneo e nos países de primeira linha

Carlos Coelho, considerou a este propósito, que **“ainda permanecem muitas dúvidas sobre as operações Triton e Poseidon. O período de maior pressão migratória está iminente, pelo que é ainda mais urgente que as operações sejam reforçadas”**. Disse ainda, a propósito da resposta imediata que **“a Comissão Europeia foi arrojada ao propor activar o mecanismo de transferência de requerentes de asilo. Agora tudo depende da vontade política dos Estados-Membros. Espero que não voltem a falhar. A solidariedade europeia tem de ser baseada em critérios objetivos, sem estar dependente de oportunismos políticos ou nacionalismos ultrapassados”**.

O social-democrata reconheceu, contudo, que serão necessários alguns ajustes: **“é evidente que não podemos ignorar a realidade de cada um dos países. Ajustes à chave de distribuição podem ser necessários mas deverão ser feitos a breve trecho e não usados como expedientes dilatórios. Temos também de olhar para as condições de recepção dos refugiados, por forma a assegurar que são acolhidos em condições próprias. Também aqui deverá haver financiamento comunitário, quando necessário. Para uma resposta imediata, o envolvimento da sociedade civil será em alguns casos a solução. Minorar movimentos posteriores dos refugiados será também um desafio dada a ausência de controlo de fronteiras no espaço Schengen.”**

Quanto às medidas de fundo, o social-democrata afirmou que **“o documento contém boas medidas como otimizar sistemas como o SIS no combate ao tráfico e contrabando ou a utilização do Novo Mecanismo de Avaliação Schengen para avaliar as políticas de retorno levadas a cabo pelos Estados-Membro, algo**



Carlos Coelho, a este propósito, considerou que “ainda permanecem muitas dúvidas sobre as operações Triton e Poseidon. O período de maior pressão migratória está iminente, pelo que é ainda mais urgente que as operações sejam reforçadas”

que tenho vindo a defender!”. Em contrapartida, acrescentou o deputado ao Parlamento Europeu, **“acções de natureza quase militar para abater barcos na costa da Líbia, podem colocar mais as pessoas em risco do que salvá-las dos traficantes”** ou ainda **“insistir num sistema de Fronteiras inteligentes que - tal como está - é um total desperdício de recursos públicos”**.

Carlos Coelho avaliou positivamente a *Agenda para a migração*. **“Ao contrário do seu pacote de 10 medidas (anunciado a 20 de Abril de 2015), estas propostas são mais vastas e inteligentes. A Comissão deixou de ter uma abordagem puramente securitária e parece querer atacar as causas do problema. Está seguramente mais**

próxima do que temos vindo a defender no Parlamento Europeu há uma década!”.

Carlos Coelho, concluiu lembrando as palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas no Parlamento Europeu: **“a Europa tem um importante papel a desempenhar e uma obrigação colectiva de agir. Salvar vidas deve ser uma prioridade”**. E acrescentou, **“por isso, vejo com agrado o novo plano operacional da operação triton que alarga, 5 vezes, o seu raio de actuação. No entanto, a ausência de meios operacionais destinados à assistência de pessoas em risco deixa algumas dúvidas sobre o que os Estados-Membros realmente pretendem da operação conjunta Triton. A Europa tem de estar à altura dos desafios. É tempo de agir!”** 

Sofia Ribeiro defende o restabelecimento do POSEI Pescas

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** foi oradora no evento “*Como desenvolver uma Europa do Mar mais forte*”, no âmbito da conferência inaugural do Intergrupo *Mar, Rios, Ilhas e Zonas Costeiras*, tendo abordado o tema “*Os desafios das Regiões Ultraperiféricas*”.

A conferência decorreu no Parlamento Europeu e contou com a presença, entre outros oradores, do Comissário dos Assuntos Marítimos, Pescas e Ambiente, e permitiu debater diversos temas como o crescimento azul sustentável, os fundos europeus de apoio às actividades marítimas e os desafios das Ilhas europeias. Segundo Sofia Ribeiro *“esta foi uma iniciativa muito interessante em que tive a oportunidade de elencar os principais desafios que as Regiões Ultraperiféricas enfrentam, bem como lembrar da importância de se fazerem cumprir os tratados, nomeadamente a discriminação positiva que estas Regiões têm de manter no quadro legislativo europeu. Para que isto se efective, apresentei igualmente a enorme mais-valia que as RUP representam para a União Europeia, acrescentando mais mar à Europa, sendo este um sector estratégico, pois como defendeu o teórico Alfred Mahan “quem domina o mar, domina o mundo”, neste caso ao nível do conhecimento científico, da segurança e defesa, da exploração sustentável dos recursos, entre outros.”*


Intervindo na qualidade de Vice-Presidente para as Regiões Ultraperiféricas, a Eurodeputada defendeu *“uma maior e melhor aposta na formação de todos os marítimos e pescadores de modo a evitar acidentes de trabalho e aumentar o seu rendimento, assim como a necessidade de investimento em pesquisa e conhecimento sobre o potencial dos mares e oceanos, os seus recursos e biodiversidade e a forma como estes interagem com as actividades humanas, potenciando assim a economia europeia. Por isto, defendi uma plataforma europeia que agregue todas as iniciativas em todas as áreas relacionadas com o sector, de modo a promover a cooperação na pesquisa, inovação e gestão dos recursos, numa abordagem integrada do mesmo”*.

Ao finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro deixou dois apelos fortes, nomeadamente *“a necessidade de se voltar a defender a protecção de áreas de pesca nas RUP onde só as frotas locais com artes amigas do ambiente possam*



Sofia Ribeiro “esta foi uma iniciativa muito interessante em que tive a oportunidade de elencar os principais desafios que as Regiões Ultraperiféricas enfrentam, bem como lembrar da importância de se fazerem cumprir os tratados, nomeadamente a discriminação positiva que estas Regiões têm de manter no quadro legislativo europeu.”

pescar, as chamadas zonas bio-geograficamente sensíveis defendidas desde 2007 por Duarte Freitas, uma vez que o sector das pescas desempenha um papel fundamental na economia local e representa um meio de subsistência para muitas famílias. Também defendi o restabelecimento urgente da autonomia do programa

POSEI Pescas no âmbito da próxima revisão da Política Comum de Pescas, deixando assim de estar integrado no FEAMP. Pedi a todos os intervenientes políticos que apoiassem estas causas muito importantes para as RUP, mais concretamente para o sector das Pescas nos Açores”. 


Cláudia Monteiro de Aguiar com as Regiões Costeiras e Marítimas

Cláudia Monteiro de Aguiar relatora-sombra do Grupo do Partido Popular Europeu, sobre os "novos desafios e ideias para o fomento do turismo na europa", apresentou um conjunto de medidas que considera "essenciais para a criação de uma verdadeira Comunidade de Conhecimento e Inovação num sector que continua a crescer e a gerar emprego".

A Deputada do PSD lamenta que não haja uma referência ao Turismo Costeiro e Marítimo uma vez que os números confirmam que "na União este segmento emprega mais de 3,2 milhões de pessoas, gerando um total de 183 mil milhões € em valor acrescentado bruto, representando mais de um terço da economia marítima, com efeitos directos e indirectos em outros sectores da economia." A Deputada considera por isso essencial "criar um Plano de Acção com metas e calendarização precisas."

Cláudia Monteiro de Aguiar acredita que esta estratégia deve ser feita por todos os representantes e, por isso, "apela a que a Comissão organize um Seminário Anual entre as Regiões Costeiras e Marítimas, onde seja possível a partilha das melhores práticas e um diálogo europeu, para encontrar respostas aos desafios que são comuns a estas mesmas Regiões."

Outra das medidas propostas pela Deputada é o envolvimento do sector privado no financiamento de programas de Estágios e Formação Profissional no Turismo, sobretudo para os jovens, em particular na época baixa, bem como na promoção do Destino Europa junto aos Países Terceiros. Cláudia Monteiro de Aguiar acredita "que o envolvimento dos agentes na criação e na execução das iniciativas só trará benefícios ao sector. Nas políticas e programas de interesse para todos devemos envolver o sector."

A Deputada abordou ainda a questão da conectividade das Regiões Ultraperiféricas, a necessidade de uma inventariação das valências e infra-estruturas portuárias e náuticas existentes na União, a criação de uma rubrica para o Turismo no próximo orçamento plurianual e a tradução do guia de apoio ao financiamento para as Micro e Pequenas e Médias Empresas nos 24 idiomas da União. 

Instituto Marquês de Valle Flôr vence prémio do Cidadão Europeu 2015, por proposta de Carlos Coelho



O "Prémio do Cidadão Europeu" foi criado em 2008 pelo Parlamento Europeu com o objetivo de reconhecer feitos notáveis de indivíduos ou grupos na promoção da integração e compreensão mútua entre os povos dos Estados-Membros.


Na edição de 2015 foi dada preferência a projectos ligados ao actual Ano Europeu do Desenvolvimento. Nesse âmbito, **Carlos Coelho** candidatou a este galardão o **Instituto Marquês de Valle Flôr**. O IMVF foi criado há 63 anos e é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. Atua em todo o espaço da CPLP, tendo como principais áreas de trabalho a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento; é inovador na Cooperação Descentralizada com os Municípios e recebe pontualmente solicitações para intervir em Ajuda Humanitária em países onde atua em permanência.

Carlos Coelho "**salientou a importância deste prémio atribuído ao IMVF por todo o trabalho que há anos tem vindo a fazer nas áreas da cooperação e educação para o desenvolvimento**".

O IMVF atua em todo o espaço da CPLP, desenvolvendo projectos em Angola, Brasil, Cabo Verde, Giné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Carlos Coelho "**destacou a importância deste prémio para o reforço dos laços de cooperação entre a Europa e os Países CPLP, desempenhando Portugal um papel central nesse processo**".

Em anos anteriores, também por proposta de Carlos Coelho, foram galardoados com o Prémio Cidadão Europeu, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (pelo trabalho de geminações com cidades europeias) e os jovens engenheiros que organizaram o congresso Ibérico "CIJE 2012".

Este ano, de Portugal foram igualmente distinguidos com o Prémio Cidadão Europeu 2015, o Prof. Mário Ruivo, (proposto pelo Deputado Carlos Zorrinho) e a Dra. Manuela Eanes (proposta pelo Deputado José Inácio Faria). 

Fernando Ruas na Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo



O Eurodeputado **Fernando Ruas** representou o PPE na 11.ª sessão plenária da **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo**, em Lisboa, com o objectivo de debater os temas da política de migração, de asilo e dos direitos humanos na Região euro-mediterrânica.

Na reunião da Comissão Política, o Deputado teve a oportunidade de adoptar, conjuntamente com os representantes dos 38 países da UE e os seus parceiros mediterrânicos, uma recomendação sobre crises e guerras regionais, migrações, o terrorismo e a promoção dos direitos humanos.

Foram igualmente aprovadas por unanimidade todas as alterações apresentadas pelo Grupo PPE, respeitantes ao papel dos parlamentos na promoção dos direitos fundamen-


tais e ainda a iniciativa de avançar com uma Carta dos Direitos Fundamentais EUROMED. Fernando Ruas reafirmou que *“é da responsabilidade dos membros dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu promover e proteger os direitos fundamentais mediante a adopção da legislação necessária e através da promoção de um diálogo profundo e eficaz”*.

Salientou ainda a necessidade de ter *“uma verdadeira cooperação dentro da UE e com os países terceiros sobre a questão urgente da migração”*, o que aliás, vem ao encontro do estabelecido na Agenda Europeia para a Migração, apresentada pela Comissão Europeia.

Dela constam um conjunto de medidas concretas e imediatas que visam triplicar as capacidades e os recursos disponíveis para as

operações conjuntas de busca e salvamento da Frontex, um mecanismo de emergência de recolocação de migrantes, um sistema de reinstalação que permita a entrada de refugiados e uma eventual operação tendente a dismantelar as redes de traficantes e a lutar contra a introdução clandestina de pessoas, no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa.

A nova Agenda da Migração é proactiva e desenvolve as orientações políticas do Presidente Juncker, as quais assentam em 4 pilares fundamentais:

- 1 - Redução dos incentivos à migração irregular;
- 2 - Gestão das fronteiras - salvar vidas e garantir a segurança das fronteiras externas;
- 3 - Dever de protecção, assente numa política de asilo sólida;
- 4 - Nova política de migração legal. 

Sofia Ribeiro consegue importantes medidas para os Açores em relatório de distribuição de leite nas escolas

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, o relatório **“Regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino”**. Sofia Ribeiro, relatora Sombra do PPE, referiu ter sido *“um enorme e duro processo negocial que permitiu que chegássemos a este ponto com uma melhor e mais completa proposta do que a da Comissão.”*


O relatório concorda com a junção dos dois regimes anteriormente existentes que funcionavam de forma independente, nomeadamente o **“regime de distribuição de fruta nas escolas”** e o **“regime de leite escolar”**, num quadro legislativo comum, mas mantendo orçamentos diferenciados que passarão a totalizar cerca de 250 milhões de euros. Segundo a Eurodeputada Sofia Ribeiro **“o futuro programa será mais aliciante para os EM uma vez que elimina o princípio do co-financiamento e dá preferência a cadeias curtas de abastecimento, logo, aos produtos locais. Apresenta uma forte componente educativa, incentivando os jovens europeus a terem hábitos de consumo saudáveis, prevenindo a obesidade, e aproximando-os dos agricultores e do modo de produção europeu”** tendo acrescentado ainda que **“é fundamental que percebam que os produtos agrícolas não nascem nas prateleiras dos supermercados, mas sim resultam de um enorme esforço e dedicação por parte dos agricultores”**. De facto, este programa veio reforçar a componente educativa dos anteriores regimes, ao fixar um montante mínimo de financiamento alocado a esta actividade e permitindo a distribuição de especialidades regionais associadas a estas medidas. Para Sofia Ribeiro **“este programa representa igualmente uma enorme mais-valia, pois em muitos casos, é a única refeição/alimentação para muitos jovens, que sendo mais carenciados, também nas escolas precisam de ser apoiados.”**

Outro aspecto positivo destacado é o aumento de 20 milhões de euros para o programa de distribuição do leite, permitindo assim que durante a transição para os futuros critérios



Sofia Ribeiro afirmou que “o futuro programa será mais aliciante para os EM uma vez que elimina o princípio do co-financiamento e dá preferência a cadeias curtas de abastecimento, logo, aos produtos locais. Apresenta uma forte componente educativa, incentivando os jovens europeus a terem hábitos de consumo saudáveis, prevenindo a obesidade, e aproximando-os dos agricultores e do modo de produção europeu.”

objectivos de repartição dos fundos, nenhum país perca financiamento. Para Sofia Ribeiro **“só mediante esta garantia e este aumento é que aceitamos a nova chave de critérios de elegibilidade, não prejudicando ninguém. Paralelamente ficou também definida a possibilidade de transferência entre os dois pilares (frutas e leite), até 15% da dotação financeira, de acordo com as estratégias nacionais. Cabe portanto aos Estados-Membros decidirem a sua acção estratégica.”** Como aspectos menos conseguidos a Eurodeputada destacou **“o excesso de burocracia e o carácter demasiado restritivo dos produtos a distribuir, considerando que deverão ser os Estados-Membros a decidir sobre o que deverão distribuir nas escolas ouvindo os stakeholders nacionais tendo em atenção determinados parâmetros de saúde e de alimentação saudável. Foi neste sentido que o PPE apresentou uma alteração a plenário que previa o alargamento do espectro de produtos a distribuir”**.

Ao finalizar a sua intervenção Sofia Ribeiro agradeceu o enorme apoio e solidariedade de quase todos os grupos políticos no que concerne à discriminação positiva dada às Regiões Ultraperiféricas, tendo afirmado **“consegui inserir importantes alterações que permitirão mitigar um pouco o impacto do embargo russo e do fim das quotas, pois ao dar-se prioridade aos produtos locais, estaremos a consumir o que é nosso. Também consegui que fosse aprovada uma majoração de 5% nos fundos atribuídos para as Regiões Ultraperiféricas, acrescida de mais 5% caso estes produtos sejam adquiridos a outras RUP. Ainda consegui fazer aprovar uma possibilidade de transferência de até 20% entre ambos os orçamentos (frutas e hortícolas e leite) para as RUP, conforme o interesse das Regiões”** tendo terminado **“assim, cumprimos com os tratados e mostramos que esta é também uma Europa das Regiões.”** 

Cláudia Monteiro de Aguiar apresenta 5 ideias na área da Energia

A Eurodeputada do PSD participou na 35ª sessão da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas (CPMR) da União Europeia, defendendo que deve ser dada especial atenção às regiões insulares que possuem naturais constrangimentos ao nível da produção energética.

Cláudia Monteiro de Aguiar salientou que *“a União Europeia pretende avançar para a criação de um Mercado Único da Energia por forma a aumentar a sua independência energética e sustentabilidade ambiental. Infelizmente não foram tidas em conta as preocupações das regiões insulares que apresentam naturais constrangimentos em termos de produção e fornecimento energético”*.

A proposta de União Energética foi apresentada em Fevereiro último pela Comissão Europeia e tem como principais objectivos garantir a segurança energética através de uma diversificação da tipologia de energia produzida e das fontes de abastecimento, aprofundar as interligações energéticas entre países europeus, aumentar a eficiência energética sobretudo na área dos transportes e indústria e afirmar as energias renováveis como estratégia de futuro.

Em Bruxelas, na conferência *“Sustentabilidade das Ilhas para além de 2020”*, a Deputada do PSD salientou que *“3,5% dos cidadãos europeus vivem em ilhas e esta população aumenta significativamente em meses turísticos, aumentando a pressão sobre os ecossistemas, o sistema energético e os recursos hídricos”*.

Cláudia Monteiro de Aguiar apresenta 5 propostas muito concretas para que as regiões insulares tenham uma posição mais activa na protecção dos seus interesses estratégicos, nomeadamente:


1. Candidatar os projectos energéticos ao novo Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos;
2. Desenvolver uma Estratégia Regional de Especialização;



3. Criar um projecto de Conhecimento e Inovação e candidatá-lo ao Programa Europeu de Investigação Horizonte 2020;
4. Melhorar a troca de informações sobre projectos bem-sucedidos;
5. Desenvolver novos projectos energéticos na Economia Azul.

As regiões insulares deverão assim aproveitar os 315 mil milhões de Euros do novo plano de investimentos da União Europeia assim como criar um projecto de Conhecimento e Inovação para candidatar ao programa europeu de investigação Horizonte 2020. Além das possibilidades financeiras, importa que as autoridades públicas trabalhem em conjunto com universidades e empresas ao nível do desenvolvimento de projectos de produção e distribuição energética assim como deverão

aproveitar o potencial da energia marítima. No final da sessão, Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu que *“as ilhas da Madeira e do Porto Santo possuem desafios geográficos que têm de ser tidos em conta por parte das autoridades europeias no que concerne à diversificação e segurança energética que são especialmente difíceis de alcançar. A Comissão Europeia tem de perceber os elevados investimentos que têm de ser realizados e temos de trabalhar todos juntos para captar mais investimentos estratégicos para as nossas ilhas”*.

A Secretária Regional do Ambiente, Dr. Susana Prada, também esteve presente na Conferência das Regiões Insulares e Marítimas realizando uma apresentação sobre as dificuldades energéticas que subsistem na Região Autónoma da Madeira. 

União Europeia é um exemplo da importância da solidariedade para o desenvolvimento



José Manuel Fernandes frisou que “a União Europeia, a região do mundo com maior produção de riqueza (20% do PIB mundial), permite aos seus 500 milhões de habitantes, que correspondem a apenas 7% da população mundial, terem acesso a 50% das despesas sociais de todo o mundo”.

Eurodeputado José Manuel Fernandes em sessões sobre a UE em diferentes escolas, no âmbito das comemorações do Dia da Europa

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** aponta a União Europeia como uma demonstração da *“importância da solidariedade e da partilha para o desenvolvimento e progresso económico e humano”*. No âmbito das comemorações do Dia da Europa – comemorado no dia 9 de maio e assinalado ao longo do mês em diferentes escolas – como o Colégio João Paulo II em Braga, a EB 2,3 João de Meira em Guimarães e a Secundária José Régio em Vila do Conde –, José Manuel Fernandes explicou que a UE, apesar das críticas de que é muitas vezes alvo, concretizou um modelo de democracia e liberdade que garante um nível de qualidade de vida e desenvolvimento ‘invejado’ no resto do mundo.


“Na sua diversidade, a União Europeia assume um papel liderante no mundo, como um espaço de liberdade, multicultural e tolerante, com

fortes direitos sociais, uma legislação avançada em termos ambientais e uma inquestionável defesa da dignidade humana e dos direitos, com resultados efetivos na qualidade de vida das nossas populações”, sublinhou o Eurodeputado do PSD. Recorrendo aos números, José Manuel Fernandes frisou que *“a União Europeia, a região do mundo com maior produção de riqueza (20% do PIB mundial), permite aos seus 500 milhões de habitantes, que correspondem a apenas 7% da população mundial, terem acesso a 50% das despesas sociais de todo o mundo”*.

Coordenador do PPE na comissão dos orçamentos e relator do *‘Plano Juncker’*, o Eurodeputado elogiou um sistema de solidariedade que leva a que as maiores economias europeias contribuam de forma efetiva para os países e economias menos desenvolvidos, em defesa de uma coesão que garante a todo o território europeu maiores potencialidades de desenvolvimento e maior capacidade de afirmação no contexto global.

Apesar das críticas aos obstáculos que surgem do Conselho Europeu (onde estão represen-

tados os governos dos Estados-Membros) no triângulo institucional que inclui a Comissão e o Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes elogiou a qualidade legislativa da UE. Para isso, realçou o contributo e o trabalho desenvolvido pelas instituições, num exemplo de funcionamento da democracia, com estabilidade e em situação de ausência de maiorias, onde sobressai o facto de *“diferentes sensibilidades políticas conseguem trabalhar em conjunto e no interesse geral, sem focagem na disputa político-partidária”*.

Perante alunos do 7º ao 11º anos de escolaridade, José Manuel Fernandes deixou alguns exemplos concretos do processo legislativo e do trabalho dos eurodeputados, assim como o modelo de funcionamento da União Europeia e da capacidade de responder aos desafios que enfrenta, tanto do ponto de vista interno - como o problema da Grécia, (que tem tido uma grande solidariedade dos outros Estados-Membros, apesar de nos últimos tempos poderem transparecer para a opinião pública ideias contrárias) - como externo e no contexto global. 

Concurso Prémio Escola na Europa José Manuel Fernandes premeia trabalhos de alunos sobre a UE



Um grupo de estudantes do 11º ano do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro ganhou uma visita ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, ao vencer um concurso, relativo ao Ensino Secundário e Escolas Profissionais.

No âmbito da quinta edição do concurso **Prémio Escola na Europa**, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** premiou um conjunto de trabalhos de alunos dos diferentes níveis de ensino de escolas do Minho e de Trás-os-Montes.

Um grupo de estudantes do 11º ano do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro ganhou uma visita ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, ao vencer o escalão C do concurso (relativo ao Ensino Secundário e Escolas Profissionais), com um trabalho em vídeo intitulado *“La Tierra de Miranda a Camino de l’Ouropa”* – com locução em língua mirandesa e onde evidenciam os valores que mais identificam e distinguem este município, no contexto europeu.

Contemplados com uma visita ao Parlamento Europeu foram também duas alunas da Uni-

versidade do Minho (Alexandra Fernandes e Joana Domingues) e uma estudante romena da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso (Georgiana Corduneanu) pelos trabalhos apresentados num concurso organizado pelo jornal Diário do Minho, com o apoio de José Manuel Fernandes.

Ainda no concurso Prémio Escola na Europa –organizado pelo Eurodeputado do PSD– foram distinguidos o Agrupamento de Escolas de Mogadouro (vencedor no Escalão A, relativo ao 1º ciclo, com a história ilustrada “Joana na União Europeia”) e o Agrupamento de Es-

colas de Vimioso (vencedor do Escalão B, relativo aos 2º e 3º ciclos, com um desdobrável informativo sobre a UE). Ambos receberam um cheque-brinde de 250 euros e um troféu alusivo, concebido pelos alunos do Curso de Artes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.


Esta iniciativa tem como objetivo estimular as crianças e os jovens para o conhecimento e o debate acerca do funcionamento da União Europeia e das suas instituições, nomeadamente na abordagem de temáticas centradas na relação na UE com a sua região.

Potenciar a entrada de mais turistas na Europa”

Cláudia Monteiro de Aguiar defende desburocratização na mobilidade de turistas para o continente Europeu.

Debateu-se no Parlamento Europeu a revisão dos Vistos de curta duração e a criação de um Visto de Circulação, tendo como uma das intervenientes a Deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar**, responsável do Partido Popular Europeu nestas duas pastas na Comissão dos Transportes.

Numa altura em que Portugal atinge números francamente positivos relativamente ao número de chegadas internacionais de turistas e que a Europa mantém o seu lugar de região mais visitada do mundo, Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu em debate *“que estas duas propostas são cruciais para a manutenção do ciclo de crescimento, que o sector do Turismo atravessa tanto a nível nacional, como a nível da União. É preciso, de facto, apostar em novos mercados e perceber estrategicamente a importância que mercados como a Rússia, a China, a Índia e o Médio Oriente têm na captação de turismo para a Europa. Contudo precisamos trabalhar para melhorar e ultrapassar um conjunto de barreiras e de dificuldades acrescidas, como são o caso dos transportes e refiro-me aos voos directos, a questões linguísticas e a questão que hoje se debate relativamente aos vistos”*.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar *“esta proposta de simplificação, modernização e de tornar os processos mais céleres para os viajantes irá certamente aumentar o número de chegadas de turistas aos Estados-Membros, com um impacto directo na actividade económica das nossas Regiões”* destacando que *“a Europa não pode perder esta oportunidade, num sector que é, hoje, a 3ª maior actividade económica da União, para outros novos destinos fora da Europa”*. 




Aprovada proposta de Sofia Ribeiro sobre fundo de estabilidade para os produtores de leite

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** viu ser aprovada, pela Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, uma alteração sua ao relatório sobre a proposta de orçamento anual para 2016, que considerou ser *“mais um pequeno passo na defesa dos nossos agricultores e da manutenção da produção de leite nas nossas ilhas, numa realidade que se afigura tão difícil sem qualquer mecanismo de regulação de mercado”*.

Esta alteração inserida no parecer da Comissão de Agricultura para mandar o Parlamento Europeu para as negociações sobre o orçamento para 2016 permitirá agora que as decisões tomadas tenham de considerar esta proposta da Eurodeputada. Segundo Sofia Ribeiro *“a minha alteração vai permitir voltar a colocar na agenda as dificuldades dos produtores de leite dos Açores, ao requerer que as multas aplicadas pela ultrapassagem das quotas de leite em 2014, superiores aos 400 milhões de euros, possam ser dirigidas exclusivamente para a protecção do sector, nomeadamente para as regiões mais afectadas com o fim das quotas, através da criação de um fundo de estabilidade que proteja os agricultores das regiões ultraperiféricas, regiões desfavorecidas e regiões de montanha, sendo activado sempre que se verifique uma descida*

de preços pagos aos produtores abaixo do seu custo de produção” tendo acrescentado ainda que *“há uma intenção clara por parte da Comissão, devido aos constrangimentos financeiros actuais, de absorver estas verbas para o orçamento geral, deixando assim de voltar a reinvestir no sector. Defendo que isto não está correcto, pois o excesso de produção prejudicou o sector e outros produtores, logo são os mais frágeis e os mais penalizados que temos de defender, reinvestindo neles o resultante destas multas.”*


Ao concluir a sua intervenção, Sofia Ribeiro afirmou *“continuarei a colocar sempre na agenda política europeia as dificuldades do sector agrícola da nossa Região. Com este trabalho de pequenas vitórias, tenho a certeza de que no final, ao somá-las, teremos melhores notícias para o sector do leite e mais alguns instrumentos que permitam mitigar os impactos negativos do fim das quotas. Não obstante, deixo o alerta para todo o sector de que não podemos deixar de fazer o nosso trabalho, nomeadamente ao nível da definição de um preço médio de custo de produção, da promoção dos nossos produtos, da melhoria da sua qualidade, da procura de novos mercados, da sua certificação, da diminuição dos custos de produção, entre outros aspectos”*. 

Sofia Ribeiro debate fim das quotas e POSEI com Comissário da Agricultura

A eurodeputada **Sofia Ribeiro** reuniu com o Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural **Phil Hogan** para debater a situação do fim das quotas de leite nos Açores e a futura revisão do POSEI, num encontro que considerou *“muito profícuo e que irá permitir um trabalho de maior proximidade com a Comissão Europeia, na salvaguarda dos interesses dos agricultores dos Açores”*.

Foram abordados diversos assuntos com o Comissário, nomeadamente o impacto que o fim das quotas leiteiras está a ter na Região, os receios com a futura revisão do POSEI e a necessidade de adequação deste importante instrumento à situação da agricultura açoriana. Segundo Sofia Ribeiro *“o Comissário mostrou compreensão sobre todos os assuntos abordados, referindo que também é natural de uma ilha e que sabe os constrangimentos que os produtores atravessam, e apontou diversos instrumentos europeus que a Região poderá aproveitar para mitigar um pouco o impacto desta decisão tomada em 2003”*. Questionada sobre estes instrumentos, a eurodeputada referiu que *“curiosamente muitos deles são os mesmos que tenho referido nas minhas reuniões regulares com a fileira, mas o Comissário comprometeu-se com um aumento do apoio para os Açores para alguns programas, nomeadamente de aposta na promoção dos nossos produtos, no marketing e na certificação da qualidade, abrindo assim as portas a novos mercados. Paralelamente informou que a*

Região, através do aproveitamento destes fundos, pode também, indirectamente, aumentar os apoios aos transportes para a exportação. A tudo isto acresce ainda a possibilidade dos agricultores poderem beneficiar de empréstimos a juros mais baixos através de um acordo entre a Comissão Europeia e o BEI, e a possibilidade de aproveitamento de mais fundos e apoios atribuídos directamente às Organizações de Produtores/Interprofissionais. Portanto, há diversas oportunidades que poderiam ser aproveitadas e que neste momento tão importante para o sector não se podem desperdiçar. Considero ainda extremamente importante pensar na valorização do nosso leite e produtos lácteos, aumentando desta forma o rendimento de toda a fileira, especialmente dos produtores, e não nos focando apenas nos preços baixos”.

Ao finalizar as suas declarações e em relação ao POSEI, Sofia Ribeiro referiu que *“as palavras do Comissário foram positivas, uma vez que o questioneei sobre a sua intenção em relação ao POSEI, tendo respondido que reconhece a importância do mesmo e que pretende continuá-lo e melhorá-lo. Após esta oportuna reunião com o Comissário da Agricultura, fico confiante de que entende o valor da agricultura e dos agricultores açorianos e que será nosso aliado nas batalhas que se avizinham. Os agricultores podem contar que continuarei a lutar por todos os apoios e mecanismos que possam ajudar a nossa lavoura.”* 

Crescimento Verde: o motor para a criação de empregos na UE

O Parlamento Europeu debateu o relatório sobre as **“oportunidades de crescimento verde para as PME”**.

As PME representam mais de 98% das empresas europeias. São os motores fundamentais do crescimento económico europeu a longo prazo e da criação de oportunidades de emprego sustentável nos 28 Estados-Membros.

Os sectores abrangidos pelo crescimento verde proporcionam grandes benefícios económicos e ecológicos às PME europeias, prevendo-se que registem um crescimento considerável nos próximos anos. É pois fundamental que compreendamos plenamente **o potencial da economia verde**. Para **Carlos Coelho** *“o plano de acção verde para as PME da Comissão Europeia é uma iniciativa bem-vinda que visa estimular as PME no sentido de desenvolverem os benefícios do crescimento verde”*.

O social-democrata considerou que *“é fundamental facilitar o acesso das PME ao financiamento que permita a adopção de **tecnologias mais ecológicas** e para o investimento em **práticas empresariais sustentáveis**”*. O Deputado afirmou que *“é necessário incentivar a investigação e os investimentos em tecnologias novas e avançadas que permitam uma evolução no sentido de um crescimento sustentável e a criação de empregos ecológicos”*.

Carlos Coelho lembrou ainda que, *“os Estados-Membros e a Comissão Europeia devem **conceder maior apoio às PME**, em particular às que contribuem para melhorar a sua **eficiência energética** e para uma utilização dos recursos e dos **sistemas de energias renováveis**”*. 